EMENDA Nº 187

Com base no art. 7º do Regulamento Interno da Comissão, dê-se a seguinte redação ao art. 151 do anteprojeto:

~~Art. 151. O sistema de formação e treinamento de pessoal é constituído pelas escolas ou cursos destinados à formação, treinamento, especialização e aperfeiçoamento de profissionais destinados às atividades de navegação aérea e de infraestrutura aeroportuária e aeronáutica civil.~~

Nova Redação:

Art. 151. O sistema de formação e treinamento de pessoal é constituído pelas instituições destinadas a formar, treinar, especializar e aperfeiçoar os profissionais da aviação civil, entre outras, incluem-se as escolas de aviação civil, aeroclubes, escolas técnicas e as instituições de ensino superior.

§1º O exercício das atividades econômicas previstas neste artigo poderá depender de prévio licenciamento da autoridade de aviação civil;

§ 2º A autoridade de aviação civil poderá estabelecer requisitos mínimos para a realização de cursos e a expedição de diplomas de conclusão.

JUSTIFICATIVA

O art. 151 proposto se apresenta demasiadamente restritivo para a formação do sistema de treinamento, deixando de fora várias instituições que formam e capacitam os profissionais da aviação no país.

Quanto ao art. 152, não é esclarecido quem seria a autoridade competente. Seria o Ministério da Educação ou a autoridade de aviação civil? Ademais, nem todo curso relacionado à aviação civil depende de licenciamento prévio da autoridade de aviação civil. O anteprojeto, da forma exposta, pode gerar a interpretação de que todos os cursos ligados à aviação – por exemplo, engenharia aeronáutica ou especialização em gestão aeroportuária – precisariam de licenciamento prévio da ANAC.

Brasília, 24/03/2016.

Ronei Saggiaro Glanzmann
Membro da CERCBA